

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Item 2:

REQUERIMENTO Nº 903, DE 2010

Do Senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007; 169, de 2008; 477 e 494, de 2009; com o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 1999, por tratarem de matérias correlatas (reciclagem de embalagens utilizadas).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; de Serviços de Infraestrutura; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 11:

REQUERIMENTO Nº 993, DE 2010

Da Senadora Marisa Serrano, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 232 e 254, de 2010; com o Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009; que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155 e 371, de 2008; 103 e 279, de 2009; e 95, de 2010, por regularem matérias correlatas (alteração nos currículos escolares).

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; seguindo posteriormente, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Votação, em globo, dos **Requerimentos**, de desapensamento, **nºs 927, 980, 1.008, de 2010; e 72, de 2011.**

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

A Secretaria da Ata individualizará a tramitação de cada proposição.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Item 4:

REQUERIMENTO Nº 927, DE 2010

Do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 366,

de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 241, de 2009; e 93, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (alterações na lei eleitoral).

O Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2009, é desapensado das demais matérias, volta a ter tramitação autônoma e retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

As demais matérias continuam tramitando em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, uma vez que já foram instruídas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Item 10:

REQUERIMENTO Nº 980, DE 2010

Do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (ausência do trabalho para acompanhamento e assistência a dependente portador de deficiência).

As matérias voltam a ter tramitação autônoma.

Uma que vez já se encontra instruído pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Item 12:

REQUERIMENTO Nº 1.008, DE 2010

Do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2010, e o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos).

O Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, é desapensado das demais matérias, volta a ter tramitação autônoma e vai ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

As demais matérias continuam tramitando em conjunto, retomam o caráter terminativo e vão ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; seguindo posteriormente, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 14:

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2011

Do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 12,